

# EMPRESAS TRANSNACIONAIS E PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL



REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS



# ÍNDICE

Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil 3

Concentração na agroindústria canavieira no Brasil 6

O capital financeiro e a agroindústria canavieira 9

Histórico sobre as dívidas da agroindústria canavieira no Brasil 12

A expansão do agronegócio brasileiro no século XXI 17

Impactos da expansão do agronegócio no Brasil 21

O impacto do monocultivo de cana no Mato Grosso do Sul 24

Impactos da concentração de terras no Oeste Paulista 34

Conclusão 36



## EXPEDIENTE

### **Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil**

**Pesquisa e texto:** Fábio T. Pitta, Carlos Vinicius Xavier, Cristiano Navarro e Maria Luisa Mendonça

**Projeto gráfico e diagramação:** Fábio Carvalho

**Foto da capa e contra-capa:** Douglas Mansur

**Assessoria administrativa:** Marta Soares e Claudia Felippe

**Apoio:** Oxfam\* / Bread for the World - Evangelischer Entwicklungsdienst

**ISBN:** 978-85-64421-69-1

**Editora Outras Expressões, São Paulo, SP**

**Rede Social de Justiça e Direitos Humanos - [www.social.org.br](http://www.social.org.br)**

**2014**



# Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil



Foto: Maria Luisa Mendonça

## Introdução

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos tem realizado publicações anuais que revelam as tendências, os dados e os impactos da expansão do agronegócio no Brasil e sua relação com o contexto internacional. Nossas análises incluem impactos econômicos, sociais e ambientais dos monocultivos e da produção de agrocombustíveis em um contexto de predominância do capital financeiro na agricultura e de crise econômica mundial. A expansão territorial do agronegócio intensifica a exploração do trabalho e a violência contra as organizações indígenas, quilombolas e camponesas.

Principalmente a partir da crise econômica mundial em 2008, o controle sobre a terra, os recursos genéticos e energéticos são centrais nas disputas geopolíticas. O discurso que promove o agronegócio como “produtivo” esconde o risco que este modo de produção representa para a produção de alimentos, já que está baseado na necessidade de utilização intensiva de insumos químicos, que gera degradação dos solos e das fontes de água.

A especulação com o mercado de terras exerce o papel de facilitar a circulação do capital financeiro em um contexto de instabilidade econômica. A produção de agrocombustíveis serve para justificar o aumento da concentração fundiária sob o argumento da necessidade da produção de energia barata e da concessão de vantagens comerciais para o agronegócio brasileiro. Por sua

vez, a intensificação do uso de insumos químicos na agricultura coloca o Brasil como “depósito” de produtos tóxicos em um momento no qual se observa uma rejeição crescente, por parte da opinião pública, ao consumo de alimentos contaminados na Europa e Estados Unidos.

Um dos elementos essenciais na disputa geopolítica por recursos genéticos é o controle sobre sementes. Grandes empresas de sementes transgênicas exercem forte lobby internacional para facilitar sua comercialização, o que representa enorme ameaça para a diversidade alimentar. As sementes nativas possuem a capacidade de reprodução natural, que pode ser comparada ao mito da Fênix porque “renascem” no processo produtivo. Portanto, a preservação da diversidade genética através das sementes se constitui em importante campo de resistência contra o monopólio de grandes empresas na agricultura.

A expansão do agronegócio no Brasil gera queda na produtividade de alimentos, degradação dos solos e de fontes de água. A expansão territorial de monocultivos intensifica a repressão e a expropriação da terra e das lavouras alimentares de pequenos produtores e de povos indígenas. Além disso, o agronegócio consome bilhões em recursos públicos e créditos subsidiados que acabam por se transformar em dívidas impagáveis.



Foto: Fábio T. Pitta

Dados oficiais revelam que as políticas agrícolas do Estado brasileiro priorizam o apoio à expansão de monocultivos. O Estado disponibiliza linhas de crédito subsidiadas para o agronegócio através da negociação de Títulos do Tesouro Nacional no sistema financeiro. Segundo o Plano Agrícola e Pecuário de 2013/2014<sup>1</sup>, no decorrer da última década os valores destinados ao agronegócio por meio do mecanismo de crédito rural mais do que quintuplicou, saltando de R\$27 bilhões em 2003/2004 para R\$136 bilhões na safra de 2013/2014.

As empresas do agronegócio se utilizam de acesso a créditos para especular no mercado financeiro. Um exemplo ocorreu com a agroindústria canieira que utilizou tais recursos para especular com derivativos cambiais. Diversas usinas tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando a valorização do real nos últimos anos. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. O setor somou um prejuízo de mais de \$4 bilhões de reais apenas nos mercados de derivativos cambiais. As empresas deixaram de investir, por exemplo, na renovação de canaviais, tratamentos culturais e adubação para manter a elevação dos níveis de

produtividade. Por essa razão, em janeiro de 2012 o governo brasileiro liberou \$4 bilhões de reais para o agronegócio somente para a renovação dos canaviais.

A crise econômica mundial gerou uma mudança no perfil do agronegócio no Brasil e estimulou a presença de empresas estrangeiras de diferentes setores, não só agrícolas, mas também financeiras, automotivas e petroleiras. Este processo ocorre principalmente através de fusões e aquisições, causando maior concentração de capitais. As empresas optam por tal procedimento com a intenção de aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terra, subsidiárias, entre outros.

Assim, o preço de suas ações passa a ser parte fundamental do valor de mercado das empresas e torna-se parâmetro para que consigam crédito. O acesso a crédito e a novos instrumentos financeiros gerou maior capacidade de endividamento do setor, permitindo uma transformação tecnológica que aprofundou a diferença entre montantes de capitais investidos e imobilizados em relação à força de trabalho a ser explorada. Este movimento aprofundou a incapacidade das empresas se valorizarem por meio da exploração do trabalho.

<sup>1</sup> Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arqu\\_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arqu_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf)

A capacidade de uma empresa adquirir novas dívidas para continuar a investir em montantes mais elevados está diretamente atrelada ao seu tamanho, ou seja, aos valores de seus ativos. A necessidade da compra de terras e máquinas, combinada com a tendência de especulação nos mercados financeiros para obter lucros acima da média, determinam a expansão do

setor. Ao modernizarem o processo de produção, as empresas do agronegócio substituem força de trabalho por máquinas, inviabilizando ainda mais a acumulação, o que retroalimenta o endividamento, expansão e especulação financeira, determinantes da superexploração do trabalho e de recursos naturais.



Foto: Maria Luisa Mendonça

O agronegócio necessita de volumosas massas de crédito e subsídios estatais para manter sua expansão, o que gera crescente endividamento que, por sua vez, incentiva a expansão territorial, expressa na contínua incorporação de “novas” áreas de monocultivos, principalmente em regiões ricas em fontes de água, biodiversidade e infraestrutura. A extensão territorial, que marca historicamente o agronegócio no Brasil, aumenta diante do cenário de acúmulos constantes de dívidas. Porém, é este contexto de expansão que motiva a própria crise, já que o agronegócio se expande com o objetivo de remunerar o capital imobilizado na forma de investimentos em mecanização e na crescente necessidade de aquisição de insumos químicos.

Os impactos econômicos, sociais e ambientais são alarmantes e deixarão sérias consequências futuras para a capacidade produtiva da agricultura no Brasil. Em pleno século 21, o país continua a basear sua política agrícola nas supostas “vantagens naturais” de seu território e na superexploração da força de trabalho. Esta política, baseada no monocultivo para exportação, serve aos interesses da oligarquia latifundista agora travestida de agronegócio, que supre as demandas dos países centrais por commodities agrícolas. Com isso, o Brasil perde a oportunidade de realizar propostas históricas defendidas pelos movimentos sociais para a garantia da soberania alimentar.

# Concentração na agroindústria canavieira no Brasil

As características atuais da agroindústria canavieira no Brasil demonstram uma crescente concentração na produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol. O processo recente de fusões e aquisições de usinas por grandes empresas nacionais e estrangeiras gera impactos sociais e ambientais que afetam as relações de trabalho e a segurança alimentar. A expansão do monocultivo de cana agrava a poluição dos rios e lençóis freáticos, o desmatamento e a expropriação da terra de comunidades rurais.

Atualmente, a expansão da agroindústria canavieira está intimamente ligada ao movimento do capital financeiro. Neste ciclo de expansão do setor canavieiro, a vertiginosa elevação da participação

de capitais oriundos de mercados financeiros conta com seguidas ações do Estado brasileiro, principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A disponibilidade de crédito estatal foi fundamental para estimular o mais recente ciclo de expansão da agroindústria canavieira.

A retomada da expansão da agroindústria canavieira ocorreu marcadamente a partir de 2003, quando um ciclo de subida dos preços das commodities levou à possibilidade de as usinas de açúcar e etanol retomarem investimentos a crédito. O aumento da área tomada pelo monocultivo de cana pode ser constatado na tabela 1 abaixo.

**Tabela 1:**

<b>Produção do Setor Sucroenergético - Brasil</b>				
<b>Ano-safra</b>	<b>Área de produção de cana (hectares)</b>	<b>Cana produzida (toneladas)</b>	<b>Produção de açúcar (toneladas)</b>	<b>Produção total de etanol (mil litros)</b>
<b>2004/05</b>	5.625.300	415.694.500	26.621.221	15.416.668
<b>2005/06</b>	5.840.300	431.413.400	26.713.539	16.997.433
<b>2006/07</b>	6.163.200	474.800.400	30.223.600	17.471.138
<b>2007/08</b>	6.963.600	495.723.279	31.279.800	22.526.824
<b>2008/09</b>	7.057.800	571.434.300	31.049.206	27.512.962
<b>2009/10</b>	7.409.600	604.513.600	34.636.900	25.866.061
<b>2010/11</b>	8.056.000	623.905.100	38.675.500	27.699.554
<b>2011/12</b>	8.368.400	571.471.000	36.882.600	22.857.589
<b>2012/13</b>	8.485.000	588.915.700	38.336.900	23.640.465

Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra - CONAB





Foto: Carmelo Fioraso

A expansão da agroindústria canavieira tem se concentrado na região Centro-Sul. Segundo a CONAB, na safra de 2012/13 aproximadamente 86% da área de monocultivo de cana estava no Triângulo Mineiro, Centro e Sul de Goiás, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná e Oeste Paulista. O monocultivo de cana ocupa uma extensão aproximada de 8,4 milhões de hectares no Brasil.

Elencamos os estados que apresentam as maiores extensões de área com monocultivo de cana: São Paulo, que em relação à área total compreende uma extensão de 52,07% (o equivalente a 4.419,48 mil hectares), seguido por Goiás com 8,55% (725,91 mil hectares), Minas Gerais com 8,51% (721,88 mil hectares), Paraná com 7,20% (610,83 mil hectares), Mato Grosso do Sul com 6,34% (542,70 mil hectares), Alagoas com 5,25% (445,71 mil hectares) e Pernambuco com 3,68% (312,09 mil hectares).

A expansão recente do setor canavieiro é caracterizada por dois momentos. O primeiro, de 2003 a 2008, é marcado pela elevação da produção de cana, açúcar e etanol. No segundo, que se desenha com a crise financeira de 2008, ocorre uma série de falências e fusões de usinas, principalmente a partir da safra de 2011/2012.

Tal cenário pode ser elucidado através dos dados da tabela acima. Com relação à área ocupada

por canaviais, constatamos o abarcamento de novas terras, uma elevação ininterrupta desde o início do ciclo de expansão e que se manteve em crescimento mesmo posteriormente à crise financeira de 2008. Considerando-se a safra seguinte à crise, de 2009/2010, verifica-se que a extensão das terras ocupadas por canaviais era de aproximadamente 7,4 milhões de hectares, sendo que na safra de 2012/2013 a área correspondente foi de cerca de 8,5 milhões de hectares.

Todavia, o total de cana produzido, assim como a produção de açúcar e etanol, não acompanhou proporcionalmente a expansão territorial. Houve uma redução de 604 milhões de toneladas de cana produzidas em 2009/10 para 588 milhões de toneladas na safra de 2012/13. O mesmo cenário se repetiu para a produção de etanol, que na safra de 2009/10 somou aproximadamente 25 bilhões de litros e na safra de 2012/13 foi de 23 bilhões de litros.

O cenário de crise e falência de muitas usinas estimulou a realização de fusões e aquisições, com maior concentração de capitais no setor. A crise gerou também a expansão da área plantada, porém com redução da produtividade em toneladas por hectare, assim como da produção de açúcar e etanol, aspectos cuja justificativa se pauta na incapacidade de investimentos em renovação de canaviais, em adubação e tratamentos culturais<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) apresenta em documento oficial a relação de fatores para a queda recente da produtividade: "a falta de renovação dos canaviais no momento adequado, a diminuição da quantidade de insumos aplicados devido à descapitalização dos produtores menores e a utilização da mecanização da colheita, que acelera a necessidade de renovação do canavial. Vale salientar que a lavoura de cana tem pico produtivo no segundo e terceiro corte e hoje é fácil encontrar talhões com mais de dez anos em produção ininterrupta, cuja produtividade é 30% da produção da cana de segundo corte" (CONAB, 2011, p. 10).



Foto: Carmelo Fioraso

## O capital financeiro e a agroindústria canavieira

A fusão da Cosan com a Shell, que formou a empresa Raízen em 2008, representa um exemplo significativo do processo de concentração de capitais no setor. Um dos principais objetivos deste tipo de associação é acessar novos capitais a crédito. A Cosan passa também a especular no mercado de terras com a criação da empresa Radar. Essa dependência da agroindústria canavieira em relação ao sistema financeiro tem características específicas.

Em 2005, a Cosan foi a primeira empresa do agronegócio brasileiro a abrir seu capital em Bolsa de Valores, o que fomentou um plano de expansão que a tornou a maior empresa produtora de açúcar e etanol do Brasil. A abertura de capital é um patamar de financeirização qualitativamente diferenciado para uma empresa. Neste mercado, suas ações podem ser negociadas independentemente de sua produção de mercadorias.

A abertura de capital de uma empresa também funciona como uma capitalização, ou seja, como promessa de produção futura de mercadorias, que retroalimentam a subida dos preços das ações da empresa e fomentam nova promessa de expansão. Não é só o capital financeiro investido nas ações das empresas que permite a expansão, mas o capital

financeiro de empréstimo ou o chamado mercado de capitais. Uma empresa com capital em bolsa acessa créditos sobre os valores de suas ações, o que estimula sua expansão.

Em 2008 a Cosan, já com capital negociado em bolsa, faz uma *joint venture* com a petrolífera anglo-holandesa Shell, formando a Raízen S/A. Nem todos os ativos da Cosan foram incorporados à Raízen, apenas os negócios com produção de açúcar e etanol. A Cosan possui a Raízen e a Radar em seus ativos negociados em bolsa. Diversas outras *holdings* são computadas como parte de seus ativos, como as empresas Rumos Logística e Comgas (distribuidora de gás natural).

É nesse contexto que se conforma um cenário de atração de capitais estrangeiros pelo segmento canavieiro e que estimula uma intensa concentração setorial. Trata-se de um processo verificável desde o início do ciclo de expansão e que, gradativamente, vem aumentando em intensidade. Até 2005 os principais grupos estrangeiros com participação no setor eram as empresas francesas Louis Dreyfus, que adquiriu as usinas Cresciumal (em São Paulo) e Luciância (em Minas Gerais); e



Foto: Fábio T. Pitta



Foto: Fábio T. Pitta

a Béghin-Say, que adquiriu as usinas Guarani e Cruz Alta em São Paulo. A empresa Cosan tinha participação dos grupos Béghin-Say e Trading Sucden (Franco-Brasileira Açúcar e Álcool S/A), que adquiriram cinco usinas. Em 2007, a francesa Dreyfus ampliou suas operações adquirindo usinas do grupo Tavares de Melo em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Atualmente as companhias estrangeiras são responsáveis por 33% da produção brasileira de açúcar e etanol. Em 2010, a participação era de apenas 12%. Em 2006, quando o processo de internacionalização começava a se solidificar, a presença dos estrangeiros era de somente 3%<sup>3</sup>. Uma nova característica da indústria do etanol, se comparada ao Pró-Alcool da década de 1970, é a aliança entre setores do agronegócio com empresas petroleiras, automotivas, de biotecnologia, mineração, infra-estrutura e fundos de investimento. Estas empresas se associam à oligarquia latifundista, que se beneficia da expansão do capital no campo e do abandono de um projeto de reforma agrária.

A própria inserção da corporação Royal Dutch Shell, a partir da constituição de um *joint venture* com o Grupo Cosan S/A, se enquadra

neste processo. Outra companhia petrolífera a se estabelecer junto a atividade canavieira no Brasil foi a British Petroleum que, por meio da BP Biofuels, controla usinas em Goiás e Minas Gerais.

Na safra de 2010/2011, as seis maiores empresas com capacidade instalada para moagem de cana (em milhões de toneladas) foram: Raízen (65 milhões), LDC SEV (37 milhões), ETH (30 milhões), Guarani – Tereos (21 milhões), Petrobrás (21 milhões) e Bunge (20 milhões).

É importante salientar que a concentração de capitais no setor canavieiro expressa uma transformação no ciclo recente de expansão do segmento. Até a crise econômica que teve início em 2008, as maiores empresas com capacidade instalada de moagem (em milhões de toneladas) eram nacionais que, com exceção da Cosan, não contavam com uma política definitiva de abertura de capitais. Naquele período os principais grupos eram Cosan (36 milhões), Vale do Rosário (11 milhões), Usina da Pedra (10 milhões), Grupo São Martinho (10 milhões) e Grupo Carlos Lyra (10 milhões)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Para maiores informações, acesse: [www.novacana.com/n/industria/usinas/estrangeiros-nova-geracao-usineiros-290413/?print=1](http://www.novacana.com/n/industria/usinas/estrangeiros-nova-geracao-usineiros-290413/?print=1)

<sup>4</sup> Para maiores informações, acesse: [www.novacana.com/n/industria/financeiro/infografico-endividamento-sucroalcooleiro-281112/?print=1](http://www.novacana.com/n/industria/financeiro/infografico-endividamento-sucroalcooleiro-281112/?print=1)

Os principais grupos estrangeiros que se instalaram no Brasil recentemente com foco na atividade canavieira são<sup>5</sup>:

- ADECOAGRO: fundo formado por várias empresas e coordenado por George Soros. Comprou a usina Monte Alegre, em Minas Gerais no ano de 2006 – momento que marca sua inserção no setor agroenergético brasileiro. Em abril de 2013 inaugurou a mais recente unidade em Ivinhema, no Mato Grosso do Sul.

- CARGILL: possui o controle majoritário da Companhia Energética do Vale do Sapucaí (Cevasa). Sua entrada no setor sucroenergético ocorre em 2006, com a aquisição de 64% do capital da (Cevasa). Em meados de 2011 a empresa anunciou a constituição de um *joint venture* com o grupo Usina São João (USJ).

- BUNGE: Sua inserção no ramo canavieiro do Brasil se inicia em 2007, com a adoção de uma estratégia de aquisições sequenciais de empresas já formadas. Atualmente controla sete unidades processadoras.

- LDC (Louis Dreyfus Commodities): uma das primeiras empresas estrangeiras que passa a atuar no setor canavieiro a partir do ano 2000. Controla 12 usinas da Biosev, a segunda maior empresa do setor, com 7% da produção no Brasil.

- RENUKA: de origem indiana, passa a atuar no Brasil em 2010. Controla quatro usinas (duas no Paraná e duas em São Paulo), com capacidade para a moagem total de 13 milhões de toneladas.

- NOBLE Group: empresa de origem chinesa iniciou suas atividades no Brasil em 2004. Possui o controle de duas usinas no estado de São Paulo, na região de São José do Rio Preto. Apresenta uma capacidade de moagem de 17 milhões de toneladas por safra.

- SOJITZ: de origem japonesa, detém 30% do capital da ETH Bioenergia, empresa fundada em 2007 e de controle majoritário do grupo Odebrecht. Possui capacidade para processar 22 milhões de toneladas de cana por safra, com nove usinas instaladas.

- TEREOS: grupo francês que passa a atuar no setor agroenergético brasileiro em 2001, com a aquisição da empresa Açúcar Guarani, que tem sete usinas no país.

- COMANCHE Clean Energy: grupo formado por diversas empresas inglesas e estadunidenses, que não se identificam. Possui três usinas e duas destilarias de etanol em São Paulo e pretende construir uma usina no Maranhão.

- INFINITY Bio-energy: grupo de 50 empresas, que inclui Merrill Lynch, Wellington Management, Stark Investments, Kidd & Company e Ranch Capital Investment. Possui quatro usinas e está construindo outras três, além de negociar a compra de cinco usinas em funcionamento.

- CLEAN ENERGY: Fundo de investimentos inglês, com dezenas de empresas. Comprou usinas em funcionamento, possui 33% das ações da Usina Unalco no Mato Grosso do Sul e tem projetos no Paraná e em São Paulo.

As corporações estrangeiras que têm se inserido no segmento canavieiro adotam como principal estratégia a busca pela ampliação de sua presença em regiões identificadas como *novas áreas* para a expansão do monocultivo de cana. Observa-se que corporações como Raízen (Shell – Cosan), BP Biofuels (Tropical BioEnergia e CNAA), ETH (Sojitz Corporation e construtora Odebrecht), entre outras, têm concentrado sua atuação em municípios situados no Sul de Goiás, nas regiões Oeste e Noroeste Paulista, Leste do Mato Grosso do Sul e no Triângulo Mineiro. Estas áreas se caracterizam por possuir terras férteis, acesso a infraestrutura e fontes de água. Porém, mesmo contando com condições favoráveis de produção e crédito, a crise no setor permanece nos últimos anos.

<sup>5</sup> Para maiores informações consultar: PINTO, M. J. A. Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético. 174 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração em Organizações) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Para maiores informações acesse: [www.novacana.com/n/industria/usinas/estrangeiros-nova-geracao-usineiros-290413/?print=1](http://www.novacana.com/n/industria/usinas/estrangeiros-nova-geracao-usineiros-290413/?print=1)

# Histórico sobre as dívidas da agroindústria canavieira no Brasil



Foto: Vanessa Acioly

O endividamento da agroindústria canavieira brasileira tem início no período da Ditadura Militar (1964 – 1985). Tal endividamento seguiu a ampliação da dívida externa brasileira, baseada em capitais financeiros internacionais ociosos que buscavam se valorizar por meio da disponibilidade de créditos aos países periféricos.

A principal fonte de crédito para a agroindústria canavieira era proveniente indiretamente da dívida externa brasileira e chegava às empresas do setor por meio do Proálcool<sup>6</sup>. Lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o Proálcool foi o principal projeto de industrialização da agricultura do período.

Este programa destinou créditos subsidiados (a juros reais negativos) ao setor sucroalcooleiro no montante de aproximadamente 7 bilhões de dólares até 1990, com o objetivo de ampliar a produção de álcool, fomentando a mecanização do setor e a industrialização do refino de cana-de-açúcar. Esta política gerou aumento da produtividade, da produção e da área plantada com cana principalmente na região Centro-Sul do Brasil.

Tal expansão ocorreu ao longo das duas primeiras fases do Proálcool, sendo a primeira de

1975 – 1979, com fomento à produção de álcool anidro; e a segunda de 1980 – 1985. Nesta última, a expansão de destilarias de álcool hidratado para o oeste de São Paulo levou a uma redução de produtividade média da terra, medida em toneladas por hectare.

A partir de 1983, quando ocorreu a chamada “crise das dívidas” na América Latina, a capacidade de endividamento do Estado brasileiro se esgotou. A redução da possibilidade de fornecimento de créditos subsidiados à agroindústria canavieira nos anos posteriores gerou um processo de falência e de fusões de diversas destilarias e usinas, com relevante diminuição na produção de álcool anidro e hidratado naquele período.

A capacidade das usinas e dos fornecedores de cana para rolar suas dívidas como forma de garantir sua expansão havia se esgotado, a partir do esgotamento de rolagem da dívida externa do Estado brasileiro, que decretou moratória em 1986. A incapacidade de as usinas saldarem seu endividamento apenas se mostrou economicamente após o fim dos empréstimos estatais, principalmente a partir de 1985.

<sup>6</sup> Para acessar o argumento completo ver: PITTA, Fábio T. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como re-produção fictícia do capital em crise*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20102011-110312/pt-br.php>>. Acesso em: 29 abril 2013.



Foto: Carmelo Fioraso

Após 1986, com a moratória brasileira, a forma de rolagem da dívida externa que antes prevalecia para o Brasil também se esgotou e precisou ser transformada. A crise das dívidas dos países da América Latina significou, na verdade, a necessidade de criação de novos mecanismos de circulação do capital financeiro por parte dos países centrais, credores dessas dívidas.

Tais mecanismos permitiram exponencial ampliação da circulação de dinheiro, o que criou um processo de precificação dos títulos das dívidas dos Estados Nacionais. Este mecanismo possibilitou a oferta de novas rodadas de capitais a crédito, que voltaram a ser emprestados para o Brasil no início dos anos 1990, antes mesmo das renegociações da dívida externa brasileira em moratória (o que só foi feito em 1994, por meio do Plano Brady).

A criação de mercados secundários de negociação de títulos de dívidas e do processo de securitização das dívidas aprofundou a possibilidade de oferta de dinheiro nos mercados financeiros, ou seja, de criação de mais dinheiro a partir de certa quantia inicial de dinheiro. Com isso, nos anos 2000 ocorreu uma mudança na própria

forma da dívida brasileira, que se internalizou e cresceu exponencialmente.

Paralelamente, observou-se a retomada da expansão da agroindústria canavieira em termos de área plantada com cana e de quantidade de açúcar e etanol produzido, assim como da própria produtividade do setor<sup>7</sup> (o que pode ser visto nas agroindústrias brasileiras como um todo). Portanto, há um entrelaçamento entre os mecanismos recentes de expansão dos mercados financeiros e do mercado de terras no Brasil, com atuação central do Estado brasileiro. Este processo coincide com a passagem da dívida externa para a dívida interna no Brasil, que se constitui em contexto fundamental para a análise do agronegócio.

O acesso a novos endividamentos fomentou a possibilidade de atuação das unidades “produtivas” nos mercados financeiros especulativos. Após o início do *boom das commodities* em 2003, até a crise de 2008, diversas foram as usinas que apostaram nos mercados de derivativos cambiais com os empréstimos que haviam feito em moeda estrangeira.

<sup>7</sup> Ver pesquisa anterior da Rede Social *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. XAVIER, Carlos Vinicius; PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>. Com versão também em inglês.

Os mercados de derivativos surgem entre as décadas de 1970 e 1980, em um contexto de fortes oscilações nas taxas de juros e, conseqüentemente, de câmbio. Comerciantes internacionais passaram a comprar e vender moedas antecipadamente, assim como *commodities* (dentre as quais está o açúcar), garantindo-lhes um preço que fosse favorável independentemente das bruscas mudanças nos mercados. Ao mesmo tempo, tais oscilações passaram a permitir que os investimentos nos mercados de derivativos gerassem grandes ganhos de capital, e aqui está o ponto fundamental.

A especulação, tanto com o preço das *commodities* agrícolas quanto com moedas, faz com que seus preços sofram fortes impactos e oscilação, conforme os movimentos desses mercados de futuro. Os preços de certas mercadorias hoje podem expressar simples apostas futuras de especuladores, que os aumentam ou diminuem conforme a melhor possibilidade vislumbrada para seus ganhos financeiros. Tais variações impactam, inclusive, as taxas de câmbio e de juros, o que mobiliza investimentos nesses mercados de derivativos, retroalimentando a instabilidade de preços.

Desta forma, as características das “apostas” do capital financeiro passaram a compor os ganhos de empresas que anteriormente investiam apenas na produção direta de mercadorias. As chamadas operações de *hedge* (proteção) têm essa característica, já que mercado de futuro é especulativo por excelência. Este tipo de estrutura financeira ganha maior proporção na atualidade, permitindo a ampliação dos ganhos e perdas de seus participantes. Há um entrelaçamento das empresas consideradas “produtivas” com o capital especulativo, já que muitos participantes cumprem ambos os papéis. Por exemplo, diversas empresas comerciantes de *commodities* fazem dívidas em condições aparentemente favoráveis e aplicam tais recursos na especulação com *commodities*, fazendo com que suas contas “fechem” com os ganhos obtidos na negociação de preços futuros.

Empréstimos em dólar e especulação com derivativos cambiais tornaram-se práticas comuns nas empresas do setor sucroenergético, no início do século XXI. A conjuntura econômica que se constituiu previamente à crise proporcionou ganhos especulativos para essas empresas, num momento em que capitais ociosos internacionais buscavam se valorizar nos mercados financeiros. Além disso, as baixas taxas de juros praticadas pelos Estados Unidos fomentavam o *carry trade*, ou seja, ganhos com captação de dólares e aplicação nas taxas de juros do Brasil.

Tal movimento gerou uma depreciação do dólar frente ao real, o que estimulou os investimentos no mercado de derivativos cambiais, pois se apostava na continuidade da valorização da moeda brasileira. Os ganhos com derivativos cambiais estimularam o aumento da entrada de dólares no Brasil, o que retroalimentava o processo de valorização do real frente ao dólar e dos ganhos com estes derivativos. A especulação com *commodities* fez com que o agronegócio experimentasse boas vendas no mercado internacional, incluindo a comercialização de açúcar e a possibilidade, sempre vislumbrada pelo governo Lula, de transformar o etanol em *commodity* internacional.

Com a crise que teve início em 2008, empresas do agronegócio e usinas de açúcar e etanol tiveram grandes perdas financeiras. A insegurança gerada no mercado mundial pela inadimplência das hipotecas *subprime* fez com que muitos investidores estrangeiros retirassem seus capitais especulativos das economias periféricas para aplicar em títulos da dívida americana, considerados mais seguros. Tal movimento levou a uma acentuada apreciação do dólar frente ao real, fazendo oscilar bruscamente a taxa de câmbio. As dívidas em dólar das empresas aumentaram significativamente. Aquelas que aplicavam em derivativos cambiais tiveram enormes prejuízos. No caso das empresas do agronegócio canavieiro, essa perda ultrapassou R\$4 bilhões.





Após a crise financeira internacional de 2008 diversas usinas de açúcar e etanol entraram em falência. A incapacidade de reprodução destas usinas se relaciona com a impossibilidade de acessar novos financiamentos. A crise econômica mundial reduziu a disponibilidade de acesso a crédito. Este fato demonstra a contínua necessidade do agronegócio de rolar suas dívidas, desde o período do Proálcool até a recente expansão do setor no século XXI.

A rolagem das dívidas na atualidade ocorre em um contexto de prevalência do capital financeiro em diversos setores econômicos considerados “produtivos”. O capital financeiro estabelece o próprio dinheiro como mercadoria. A utilidade da mercadoria dinheiro está em sua capacidade de se tornar mais dinheiro, sem necessariamente passar pelo processo produtivo. Assim, os juros passam a representar o “preço” do dinheiro a ser emprestado. O interesse do emprestador de dinheiro, ou credor, é seu retorno acrescido na forma de juros.

O capital a crédito é uma forma de capital financeiro, assim como outros mecanismos que verificamos na expansão do agronegócio. No caso do mercado de terras imobiliárias e de sua relação com a agroindústria canavieira, o capital financeiro está representado no mercado de ações, como, por exemplo, o capital que a Cosan acessou ao lançar ações em Bolsa de Valores.

A participação de fundos de pensão no capital acionário da Radar, por exemplo, assim como o capital que a Cosan aportou nesta empresa, funcionam como capital a juros, pois são remunerados pelo preço da mercadoria dinheiro. O interesse dos investidores é a remuneração a juros de seu capital, independentemente dos negócios

que as empresas venham a realizar. No caso da Radar, a Cosan é tanto acionista da empresa, como sua administradora, concentrando estas funções.

Como vimos acima, desde o período do Proálcool até o momento que marcou a crise econômica mundial em 2008, o capital financeiro a juros foi central na expansão do agronegócio. Isso significa dizer que dívidas anteriores estavam sendo pagas com novas dívidas, ou com a rolagem das dívidas. Se no momento do Proálcool a dívida externa era a fonte desta criação, a partir dos anos 1990 novos mecanismos financeiros foram criados e o endividamento do setor passou a apresentar outras características.

A abertura de ações em bolsa e os investimentos dos fundos de pensão se constituíram em novas fontes de capital financeiro para o agronegócio. Por exemplo, o endividamento da Cosan sobre o preço de suas ações promove a promessa de investimento deste capital, que fomenta nova subida de preços e permite novo endividamento.

O mesmo ocorre com a especulação em terras agrícolas. Este tipo de negociação, como promessa de investimento para a produção de determinadas commodities, eleva o preço da terra, que, por sua vez, atrai novos capitais e retroalimenta a elevação do preço<sup>8</sup>. Portanto, a terra funciona como ativo financeiro. Este mesmo processo, quando analisado a partir da incorporação da Radar aos ativos financeiros da Cosan, se relaciona com a subida dos preços das ações em bolsa da Cosan, o que coloca o funcionamento do capital financeiro em seu momento fictício em uma nova configuração.

<sup>8</sup> Esta tese está desenvolvida na pesquisa de doutoramento, em andamento: As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008 (PITTA, Fábio, 2013. Texto de Qualificação de pesquisa de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).



# A expansão do agronegócio brasileiro no século XXI



Foto: Igor de Carvalho

Esta forma predominantemente fictícia do capital financeiro é resultado de um processo iniciado a partir da década de 1970 e tem relação com políticas de desregulamentação do sistema financeiro em nível nacional e internacional. No Brasil, a partir do período marcado por políticas neoliberais, que caracterizaram os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (1990 – 2002), as remessas de lucros dos investidores estrangeiros foram flexibilizadas, o que permitiu a entrada de capitais financeiros para negociar com títulos da dívida interna e sua saída para realização de seus rendimentos.

Este procedimento diz respeito à chamada “securitização das dívidas”, de acordo com o jargão econômico. Tal mecanismo permite que não apenas um banco ou financista empreste seu dinheiro, mas diversos investidores podem aplicar em um mesmo ativo financeiro. Entre tais ativos, encontram-se dívidas e ações de usinas de açúcar e

etanol, assim como títulos da dívida brasileira que são negociados em mercados secundários.

A necessidade de rolagem da dívida interna brasileira (que superou a dívida externa a partir da década de 2000) fez com que políticas econômicas de fornecimento de créditos subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fossem estabelecidas, sendo que o agronegócio foi um de seus principais beneficiados. Estes créditos estimularam o ciclo que marcou a alta dos preços das commodities agrícolas, principalmente a partir de 2003. Ao mesmo tempo, verifica-se o caráter especulativo que caracteriza investimentos em mercados de futuros.

Tal ciclo tem início no contexto da quebra de alta dos preços das ações de empresas de tecnologia negociadas da Bolsa Nasdaq. A negociação de títulos referentes a preços de commodities, como

forma de investimento financeiro especulativo internacional, representa o elo para entendermos o início do ciclo de especulação com a terra agrícola brasileira na atualidade. O estímulo à exportação de commodities como política comercial no Brasil fomentou a entrada de investidores interessados nos altos juros dos títulos da dívida interna brasileira.

A alta dos preços das commodities possibilitou maior grau de endividamento das usinas produtoras de açúcar e etanol no Brasil. Estas empresas passaram a contrair dívidas em dólar com base na expectativa de exportação futura de açúcar (commodity negociada na bolsa de Nova York) junto a *tradings*. Isto significa que as usinas faziam promessas de produção futura e, desta forma, justificavam a necessidade de expansão do setor.

É neste contexto que se estabelece um processo de expansão do ramo canavieiro, com aumento da área ocupada pelo monocultivo, do volume de cana processada, bem como da geração dos seus principais subprodutos, açúcar e etanol.

Abaixo seguem os dados concernentes a este ciclo de expansão da atividade canavieira.

Esta expansão estimulou a mecanização do corte de cana-de-açúcar, que até então era predominantemente manual, e a incorporação de novas terras agricultáveis, até então utilizadas como pastagens ou por camponeses para subsistência – processo cuja ocorrência tem se dado com maior intensidade nos estados onde a incorporação de novas terras para expansão da lavoura canavieira tem se concentrado.

Elencamos abaixo os cinco estados que apresentam as maiores extensões de área com monocultivo de cana: São Paulo, que em relação à área total compreende uma extensão de 52,07% (o equivalente a 4.419,48 mil hectares), seguido por Goiás com 8,55% (725,91 mil hectares), Minas Gerais com 8,51% (721,88 mil hectares), Paraná com 7,20% (610,83 mil hectares) e Mato Grosso do Sul com 6,34% (542,70 mil hectares).

**Tabela 3:**

Área de Produção da Monocultura Canavieira (em hectares)						
Ano-safra	São Paulo	Goiás	Minas Gerais	Paraná	Mato Grosso do Sul	Brasil
2004/05	2.951.800	179.300	334.700	399.000	131.000	5.625.300
2005/06	3.146.600	202.500	357.100	410.900	139.100	5.840.300
2006/07	3.288.200	234.900	420.000	436.000	160.000	6.163.200
2007/08	3.679.500	281.800	508.200	552.000	202.800	6.963.600
2008/09	3.882.100	401.800	564.500	524.500	275.800	7.057.800
2009/10	4.129.872	471.898	588.816	535.958	265.396	7.409.600
2010/11	4.357.010	599.310	659.550	582.320	396.160	8.056.000
2011/12	4.370.080	678.420	742.650	611.440	480.860	8.368.400
2012/13	4.419.460	725.910	721.860	610.830	542.700	8.485.000

Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra – CONAB

A necessidade de contratar promessas futuras de produção de açúcar e etanol para pagar dívidas anteriores fomentou o aumento do endividamento do setor e, ao mesmo tempo, determinou sua expansão. Este processo é estimulado por novas formas de financiamento, como a abertura de ações em bolsa por empresas do agronegócio e a emissão de títulos da dívida interna brasileira (*bonds*) no mercado internacional. A continuidade de alta do preço do açúcar no mercado internacional, que estimulou a ampliação da capacidade de endividamento das usinas e de outros ramos do agronegócio, retroalimentou a necessidade de expansão da agroindústria canavieira a partir de 2003.

A especulação com a terra agrícola pode ser entendida como uma segunda rodada do investimento financeiro de capitais ociosos especulativos em busca de rendimentos a juros, sendo a primeira, no caso, o ciclo das commodities<sup>9</sup>. Se o negócio com terras não é novo no campo brasileiro, essa nova intermediação do capital financeiro que fomenta sua inflação como ativo permite o surgimento de empresas com este propósito específico. Diversas novas empresas nos moldes da Radar surgiram no bojo deste processo. A SLC, maior produtora de grãos do Brasil, também é acionista e administradora de uma *holding* chamada SLC Land Co, criada em conjunto com capitais de fundos de investimentos internacionais e que tem por finalidade a compra, venda e arrendamento de terras.

É possível entender o papel do capital financeiro como uma forma de “terceirização” nos negócios com terras. Da mesma forma, a predominância do trabalho terceirizado no corte de cana é utilizada como justificativa para isentar os usineiros da responsabilidade pelas condições de trabalho degradantes e dos casos de trabalho escravo. Uma situação semelhante ocorre hoje em relação à responsabilidade dos investidores financeiros internacionais pelas consequências sócio-ambientais causadas pela expansão do

agronegócio e da especulação com terras agrícolas no campo brasileiro.

Os investidores das imobiliárias agrícolas não são considerados proprietários diretos das terras. Porém, o capital financeiro prevalece nos negócios imobiliários e, conseqüentemente, deve ser responsabilizado pelas condições degradantes de trabalho no campo, pelo aumento da concentração fundiária, pelo desmatamento e poluição ambientais.

Após a crise econômica mundial de 2008, a possibilidade de o agronegócio acessar novos investimentos financeiros por meio de promessas de produção futura para pagamento das promessas anteriores diminuiu significativamente. Diversas usinas endividadas em dólares que seriam pagos com açúcar entraram em falência, pois não conseguiam ficticiamente pagar as promessas anteriores<sup>10</sup>. Em 2008, os preços das commodities tiveram forte queda, ao mesmo tempo em que houve alta do dólar em relação à moeda brasileira. Foi nesse período que as dívidas das usinas estouraram.

Segundo reportagem do jornal Valor Econômico sobre a safra de 2012 – 2013, “Considerando uma amostra de 68 grupos com moagem total de 390 milhões de toneladas, o Itaú BBA estimou para o segmento um lucro operacional (Ebitda) de R\$14,4 bilhões, despesas financeiras de R\$5,5 bilhões e investimentos (Capex) de R\$13,4 bilhões, o que gerou um potencial de aumento do endividamento de R\$4,5 bilhões. Assim, a dívida líquida de R\$56 bilhões alcançada ao fim do ciclo 2012/13 já equivale ao faturamento bruto do segmento, estimado também em R\$56 bilhões pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica)”<sup>11</sup>.

É neste contexto que se insere a necessidade de continuada expansão do agronegócio, com o objetivo de acessar novos créditos e investimentos. A diversificação de negócios e as fusões entre empresas fazem parte da estratégia para acessar novos capitais a juros.

<sup>9</sup> A análise do economista Guilherme Delgado para a terra como ativo financeiro é importante para nosso argumento. Ele demonstra que, com a queda nos preços das commodities ao longo dos anos 1990, houve retração do preço da terra no mercado brasileiro, em oposição ao movimento de subida destes ao longo da ditadura militar e ao processo que se desencadeia a partir de 2003. Para os dados ver: DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2012.

<sup>10</sup> Ver tese As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008 (PITTA, Fábio, 2013. Texto de Qualificação de pesquisa de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).

<sup>11</sup> “Usinas do Centro-Sul têm dívidas de R\$ 56 bi”. Valor Econômico, 24 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.novacana.com/n/industria/usinas-centro-sul-dividas-56bi-240513/>



# Impactos da expansão do agronegócio no Brasil



Foto: Douglas Mansur

## Exploração da força de trabalho

O modelo agrícola baseado no monocultivo extensivo mantém o poder das oligarquias rurais que buscam perpetuar a estrutura dos latifúndios no país. A concentração da terra e a violência contra comunidades rurais aumentam o contingente de trabalhadores que se submetem a condições degradantes. A intensificação da mecanização agrícola que ocorreu nos últimos anos aprofundou a dinâmica de exploração do trabalho, através de exigências de maior produtividade e de formas precárias de arremetimento, contratação, moradia, alimentação, entre outras.

O monopólio da terra pelo agronegócio impede que outros setores econômicos se desenvolvam, estimulando a migração e a exploração do trabalho. No caso do setor sucroalcooleiro, as colheitadeiras funcionam em áreas planas e contínuas, porém causam maior compactação e degradação do solo. A mecanização gera maior nível de superexploração do trabalho porque cria novas exigências de volume produzido pelos cortadores de

cana e operadores de máquinas agrícolas. Com isso, aumenta a jornada de trabalho e a dificuldade do corte em condições mais difíceis, onde o terreno não é plano, o plantio é mais irregular e a cana é de pior qualidade.

O corte mecanizado se tornou referência para a quantidade cortada pelos trabalhadores, que registra uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas por dia, principalmente em regiões onde o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas.

O não cumprimento da meta frequentemente significa que o trabalhador será dispensado, o que agrava a concorrência entre os cortadores e, conseqüentemente, o nível de exploração. A intensificação do trabalho aumenta o risco de doenças crônicas, ferimentos e mutilações. Como em geral o sistema de contratação é terceirizado, muitos trabalhadores doentes ou mutilados não conseguem garantir seus direitos a saúde e aposentadoria.



Foto: Carmelo Fioraso

É justamente o movimento contraditório do processo de modernização que se apresenta hoje no trabalho do bóia-fria. A mecanização da colheita se hegemonizou, promovendo um processo de dispensa de trabalhadores em números absolutos. Como o pagamento é feito por produção, os trabalhadores são impelidos a cortar cada vez mais para tentar cumprir uma cota que cresce com a mecanização. O desemprego gera pressão sobre os cortadores, que passam a empreender uma maior concorrência entre si para acessar postos de trabalho.

O impacto sobre os trabalhadores pode ser notado tanto na diminuição da média de seus salários, quanto no vertiginoso aumento da quantidade de cana cortada. Ambos ocorrem em razão da necessidade de tentar manter o emprego em um momento de diminuição dos postos de trabalho. O processo de mecanização gerou também a superexploração dos pilotos de máquinas e de outros trabalhadores no processo industrial. As empresas do agronegócio utilizam a mecanização como chantagem para evitar que os trabalhadores reivindiquem melhorias de salário e de condições de trabalho.

## Destruição ambiental

Não há dúvida de que o monocultivo extensivo causa destruição ambiental, degradação do solo, da biodiversidade e das fontes de água, além da dependência de grande quantidade de insumos químicos. A aplicação de venenos na agricultura se constituiu em um problema de saúde pública, pois é feita indiscriminadamente, tanto através da fumigação aérea quanto manualmente, afetando os trabalhadores e a população em geral. A contaminação causada por este modo de produção atinge a flora, a fauna, os rios, os lençóis freáticos e as fontes de água subterrâneas.

Uma das regiões onde ocorre maior expansão do agronegócio é o Cerrado, que constitui o bioma localizado entre a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga, incluindo os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, sul do Maranhão, oeste da Bahia e parte do estado de São Paulo.

O cerrado é conhecido como “paidaságuas”, pois abastece as principais bacias hidrográficas do





Foto: Vanessa Acioly

país. A produção baseada no monocultivo extensivo agrava a poluição das fontes de água potável. Segundo um estudo da National Academies Press, a qualidade da água subterrânea, dos rios, do litoral e das nascentes pode ser impactada pelo crescente uso de fertilizantes e pesticidas. Altos níveis de nitrogênio são a principal causa da diminuição do oxigênio em regiões conhecidas como “zonas da morte”, as quais são letais para a maioria dos seres vivos. A poluição sedimentada em lagoas e rios também pode causar erosão do solo.<sup>12</sup>

O Cerrado é tão importante por sua riqueza em biodiversidade quanto a Amazônia<sup>13</sup>, pois abriga cerca de 160 mil espécies de plantas e animais, muitas ameaçadas de extinção. Estudos da Universidade Federal de Goiás indicam que, a cada ano, cerca de 22 mil quilômetros quadrados de cerrado são desmatados. Estima-se que mais da metade da região já tenha sido devastada e, nesse ritmo, sua total destruição poderá ocorrer até 2030.

O agronegócio tem se expandido rapidamente e gerado enorme devastação ambiental, já que o monocultivo exige a destruição total das

árvores e da vegetação. Esta situação se agrava na medida em que aumenta a especulação com o mercado de terras e com commodities agrícolas em nível internacional.

O governo brasileiro elegeu o Cerrado como prioritário para a expansão das lavouras de cana para a produção de etanol. A região apresenta uma topografia favorável, com terras planas e férteis, além do farto potencial hídrico. Segundo representantes do governo e das empresas do agronegócio, a expansão dos canais no Brasil ocorreria em terras “degradadas” e, portanto, não teria impactos sobre o meio-ambiente ou sobre a produção de alimentos.

Este tipo de propaganda projeta a idéia de que há no Brasil milhões de hectares de terras simplesmente “abandonadas” ou “marginais”. Porém, é evidente que o real interesse do agronegócio e do capital financeiro que especula com terras e commodities é exercer controle sobre terras valorizáveis e ricas em recursos naturais. A expansão das plantações de cana gera um efeito “dominó” sobre a fronteira agrícola, já que “empurra” o monocultivo da soja e a atividade pecuária para a região Amazônica.

<sup>12</sup> National Academies Press, Report Considers Impact of Ethanol Production on Water Resources, 10/10/07, <http://www.nationalacademies.org/morenews/20071010.html>

<sup>13</sup> Mais detalhes sobre o tema no relatório “Os Impactos da Produção de Cana no Cerrado e Amazônia”, publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (2008): <http://www.social.org.br/index.php/pub/cartilhas-portugues/82-os-impactos-da-producao-de-cana-no-cerrado-e-amazonia.html>

# O impacto do monocultivo de cana no Mato Grosso do Sul



Foto: Maria Luisa Mendonça

Milhares e milhares de hectares em que tudo em volta é um horizonte verde e raso de um só tipo de vegetal: o *Saccharum officinarum* L. Este é o nome científico da cana-de-açúcar, monocultivo responsável pela mudança da paisagem de boa parte do estado do Mato Grosso do Sul onde até a década de 1970 ainda predominavam os biomas de Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal. A brusca transformação geográfica impactou não apenas a economia e o meio ambiente do estado, mas, especialmente, os povos indígenas que dependem da terra e de seus recursos naturais para sobreviver.

Historicamente, as terras colonizadas do Mato Grosso do Sul foram exploradas para a extração de produtos primários e de recursos naturais. Até meados do século XX o principal produto foi a erva-mate. Com a decadência do mercado externo para este cultivo abriu-se espaço para novas formas de exploração das terras, tendo na pecuária de corte o principal ator da expansão da fronteira agrícola.

A produção cana-de-açúcar foi inserida no estado na década de 1980, impulsionada pelo

Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool) que, lançado em 1975, tinha o objetivo de substituir em larga escala a matriz energética automotiva de gasolina para o etanol devido à crise gerada pela alta dos preços do petróleo em nível internacional.

Apesar de estar presente em território sul matogrossense desde 1983, foi somente depois de 2000 que o setor canavieiro se expandiu na região, com incentivos fiscais oferecidos pelos municípios, pelo governo estadual e através do apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras fontes de recursos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As facilidades econômicas geradas pelos créditos oferecidos pelo governo federal incluíram o estímulo ao mercado de automóveis com motores tipo flex – que funcionam com etanol ou gasolina – e pela especulação imobiliária atraíram o forte interesse do capital internacional, que em pouco tempo passa a ocupar papel fundamental, investindo em arrendamento, compra de terras e na construção de novas usinas de álcool.

Segundo dados de monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de 2007 a 2012 a área plantada de cana-de-açúcar mais que triplicou no Mato Grosso do Sul, saltando de 180 mil para 570 mil hectares. Um exemplo dos impactos desta expansão ocorre na cidade de Rio Brillhante, que em 2007 era o 13º município produtor e em 2012 alcançou o posto de 2º maior produtor de cana-de-açúcar.

Um enorme impacto afeta as populações indígenas que, sem acesso a terra, são submetidas a super-exploração do trabalho no corte da cana, muitas vezes em situação análoga à escravidão. Hoje, com a mecanização da colheita, estes trabalhadores se encontram sem suas terras, sem emprego e sem perspectivas futuras. Os altos índices de desnutrição infantil, suicídio, consumo de drogas e violência são diagnosticados por cientistas como as consequências mais graves do avanço do agronegócio sobre as terras Kaiowá Guarani.

Apesar de as empresas assinarem alguns acordos de responsabilidades socioambientais, alegando respeitar a legislação ambiental e os direitos humanos e territoriais destas comunidades, na prática, isto não ocorre. “As empresas se apresentam como lindas e maravilhosas, mas isso não condiz com a realidade. Esses acordos e a bandeira socioambiental são levantados de olho no seu lucro. O nosso papel é demonstrar essa inconsistência, essa incoerência entre uma posição que é publicamente anunciada e que não é feita na prática”, alerta o procurador do Ministério Público Federal (MPF), Marco Antonio Delfino.

A frouxidão da legislação ambiental foi um dos fatores que atraiu as empresas do agronegócio e de especulação fundiária para o Mato Grosso do Sul. No estado, não é preciso apresentar nenhum tipo de estudo de impacto ambiental para plantar cana-de-açúcar. “A empresa pode, por exemplo, plantar 250 mil hectares sem estudo das consequências para o meio ambiente, o que é um absurdo. Não há normas específicas no estado para o tratamento da vinhaça que contamina o solo e os rios”, esclarece o procurador do MPF.

## Repressão e morte de indígenas

A especulação com terras e a expansão do agronegócio no Mato Grosso do Sul tem intensificado a repressão contra povos indígenas, que sofrem despejos violentos, perseguições, ameaças e assassinatos. Centenas de lideranças indígenas foram assassinadas na última década em ações planejadas por pistoleiros a serviço dos latifundiários na região.

Nos mais de nove anos de resistência das famílias Kaiowá Guarani da terra indígena de Passo Piraju, localizada entre os municípios de Dourados e Laguna Carapã, na região conhecida por Porto Kambira, um cerco de morte ronda homens, mulheres e crianças destas comunidades. Sob dezenas de ameaças judiciais de despejo e de capangas das fazendas vizinhas, os 20 hectares de terra recuperados pelos indígenas na fazenda campo Belo em uma retomada no ano 2004, persistem como um símbolo de resistência rodeado de plantação de cana-de-açúcar por todos os lados.

Neste espaço dedicado a uma população de 150 pessoas, existe um posto de saúde e uma escola com uma sala de aula. As 30 famílias de Passo Piraju buscam parte de sua subsistência criando algumas galinhas e plantando mandioca, feijão e milho. Além da dificuldade pelo pouco de terra que possuem, a produção de alimentos sofre ainda com as nuvens de agrotóxico despejadas de avião sobre o canavial vizinho, que prejudicam as roças, o rio e a saúde das pessoas.

Todas essas dificuldades obrigam as famílias a buscar outras formas de sobrevivência, entre elas o trabalho nas usinas que ocupam seu próprio território. Este é o caso de Julio Gonçalves Rocha que em novembro de 2010, aos dezesseis anos, deixou pela primeira vez a aldeia Passo Piraju para cortar cana no distrito de Quebra Coco, município de Sidrolândia.

Sem a permissão ou o conhecimento dos pais, Julio foi levado por um cabeçante (esta denominação é dada aos intermediários que contratam trabalhadores indígenas para as usinas no Mato Grosso do Sul, que em outras regiões são chamados de “gatos”) que visitou a aldeia e fez a





Foto: Cristiano Navarro

oferta de trabalho aos jovens. “Quando fiquei sabendo, me assustei. Porque ele não tinha idade, não tinha documentos, nem nossa permissão pra ir para usina”, lembra seu pai, Arnaldo.

Arnaldo foi avisado pela filha mais nova que viu o irmão partindo no ônibus para a usina Santa Olinda logo pela manhã. “Na parte da tarde, quando eu soube, entrei em contato por telefone com o filho do cabeçante para pedir que trouxesse meu filho de volta. E ele me respondeu que o meu guri tava bêbado”, relata o pai.

No caminho para a usina, segundo a polícia civil, o cabeçante distribuiu bebida alcoólica para os trabalhadores, que entraram no ônibus embriagados. No mesmo dia, por volta da meia noite, Arnaldo recebeu a notícia de que seu filho havia se acidentado após cair do ônibus que levava os trabalhadores e estava em um hospital no município de Caarapó. “O cabeçante ligou para avisar que Julio tinha se acidentado porque pulou do ônibus. Mas quando cheguei em Caarapó a polícia civil me avisou que ele tinha morrido”.

Os familiares de Julio duvidam da versão policial. Mesmo assim, o inquérito concluiu que o caso tratou-se de suicídio. Com assessoria do Conselho Indigenista Missionário, a família move ações trabalhista e criminal responsabilizando a Usina Santa Olinda pela morte de Julio. Macilene Benites, Mãe do jovem Kaiowá Guarani chora e, sem conseguir tocar no assunto, apenas resume “A usina só trouxe tristeza pra nós”.

Todos os dias, milhares de Kaiowá Guarani partem de suas casas para o trabalho nos canaviais, e tragédias como a vivida pela família de Julio agravam a dura realidade nas aldeias desta região. “O aliciamento de menores é umas das questões mais difíceis para a fiscalização”, observa procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Roberto Nascimento.

Apesar da alta ocorrência de acidentes, conflitos e violações de direitos trabalhistas nos canaviais, que causam superexploração, doenças, mutilações e morte dos cortadores, jamais uma usina pagou indenização a um trabalhador indígena

no Mato Grosso do Sul. Segundo o MPT, os trabalhadores também são expostos ao consumo de drogas e álcool durante a jornada de trabalho. Muito deste cotidiano opressor e violento acaba afetando o modo de vida nas aldeias.

Mortes como a de Julio fazem parte do dia-a-dia das aldeias Kaiowá Guarani. O cacique Getúlio de Oliveira, da terra indígena Jaguapiru, localizada no município de Dourados, que quando jovem trabalhou no corte de cana, explica que muitos dos hábitos como o consumo de álcool e drogas, que estimulam a violência são adquiridos no trabalho degradante dos canaviais. “O canavial prejudica bastante. Traz bebida e droga para a aldeia. Porque na usina o sujeito bebe o quanto quiser, ninguém diz pra ele parar. Essa é uma coisa que a gente quer controlar. Na aldeia a gente não quer que ninguém brigue, beba, faça bagunça, pra evitar que a comunidade sofra com violência”, relata Getúlio.

Segundo o relatório de violência do Conselho Indigenista Missionário, dos 60 assassinatos de indígenas que ocorreram no Brasil em 2013, 35 foram contra os povos Kaiowá Guarani. Destes, em 22 casos foi empregado o facão utilizado no corte de cana como arma para cometer o crime.

## Mecanização do agronegócio e superexploração do trabalho

Nos últimos anos, a mecanização da produção de cana-de-açúcar avança sobre as lavouras e o trabalho dos indígenas Kaiowá Guarani nas usinas parece estar mais próximo do fim. O fim da exploração pelas usinas poderia representar uma ótima notícia, porém sem acesso a terra os indígenas perdem qualquer possibilidade de subsistência.

Desde 2011, a queima da cana-de-açúcar para a colheita manual está proibida no município de Dourados. Outras cidades da região seguiram esta determinação e aprovaram leis semelhantes. O Ministério Público do Trabalho (MPT) estima que até o final de 2014 a colheita da cana deva estar toda mecanizada no Mato Grosso do Sul.

De acordo com o procurador do MPT, a cada colheitadeira utilizada no canavial, 80 trabalhadores são demitidos enquanto outros 18 são contratados como operadores de máquinas ou no processo industrial. Em geral, estes novos postos de trabalho exigem um nível maior de escolaridade que permita manusear máquinas e que muitas vezes é incompatível com a situação



Foto: Cristiano Navarro



Foto: Cristiano Navarro

dos trabalhadores Kaiowá Guarani. “O trabalho na lavoura mecanizada exige um grau mais elevado de escolaridade. Por exemplo, no curso dado para operar a colheitadeira é necessário entender inglês para ler o manual, sendo que grande parte dos trabalhadores indígenas não é alfabetizada”, explica o Procurador.

A falta de perspectiva causada pela impossibilidade de acesso a terra tem gerado a migração de indígenas para trabalhar em outras regiões do país. Nos municípios de Dourados, Amambai e Coronel Sapucaia, centenas de trabalhadores têm sido arregimentados para viajar mais de mil e duzentos quilômetros para trabalhar em fazendas na colheita de maçã nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde ocorrem denúncias de superexploração e maus tratos contra indígenas.

Na visão de Marcos Homero, antropólogo do Ministério Público Federal, a colheita da maçã representa uma nova armadilha contra os Kaiowá Guarani. “O Ministério Público do Trabalho treinou seus olhos para as irregularidades da cana. Com a colheita da maçã, desarticula-se o esquema de fiscalização e fica complicado controlar esta nova forma de exploração que acontece a mais de mil quilômetros”, alerta o antropólogo.

## Luta pela terra

A luta pela sobrevivência física e cultural dos Kaiowá Guarani está baseada na resistência contra a repressão causada por fazendeiros e multinacionais do agronegócio, que impedem a realização de seu direito a terra e território, assegurado na Constituição brasileira. A especulação no mercado de terras estimula a repressão contra comunidades rurais, impede a realização do direito a seus territórios e, conseqüentemente, colabora com a superexploração dos indígenas obrigados a se submeter ao trabalho degradante nas empresas do agronegócio. Empresas transnacionais como Raizen, Dreyfuss, Bunge e Sygenta exploram as terras indígenas já demarcadas ou em processo de demarcação dos Kaiowá Guarani no Mato Grosso do Sul.

Aos 17 anos, Oriel Benites, que hoje é uma das lideranças do conselho da Aty Guasu (principal organização de representação política dos Kaiowá Guarani) se viu obrigado a trabalhar em uma usina pra ajudar no sustento de sua família. Atualmente, Oriel contribui com a organização dos indígenas na luta pela terra. “Nós Aty Guasu nos preocupamos muito porque as usinas querem afastar os jovens da luta por seus direitos para que







Foto: Cristiano Navarro

eles pensam que a única maneira de sobreviver é trabalhar nas usinas. Mas muito pelo contrário, trabalhar na usina é deixar que te explorem”. Para Oriel a alternativa contra a exploração das usinas está na luta pela terra. “É preciso fazer estes jovens acreditarem que o direito a terra é importante e que eles podem plantar e cuidar de suas famílias dentro das suas aldeias”.

Na luta por seu território há mais de duas décadas, a liderança indígena Damiana Cabanha, de 73 anos, resiste com sua família em um acampamento na entrada da fazenda de onde foi expulsa. Por sete vezes, Damiana e seus familiares tentaram retornar a terra Apycai, onde estão enterrados seus antepassados, mas foram expulsos por pistoleiros e por agentes do Estado. Neste período, Damiana conta que seis parentes seus foram mortos atropelados na rodovia, envenenados por agrotóxico ou em emboscadas de pistoleiros. “Nós estamos aqui dentro da nossa área Apycai, que não é do fazendeiro. Meu pai morreu nesta terra tradicional e o cemitério antigo está aqui. A casa de reza foi incendiada. Meu filho morreu atropelado e minha tia morreu envenenada. Depois morreu meu neto de quatro anos em um acidente causado pela usina. Chega!”, indigna-se Damiana.

Na mais recente tentativa de retomada, em outubro de 2013, as terras estavam quase totalmente cobertas com cana-de-açúcar, com

exceção de um pouco de mata ciliar que margeia um pequeno córrego. A cacica Damiana comemora a reocupação de suas terras: “Estou aqui na minha terra tradicional e não vou deixar mais cortar cana. A usina levou bastante lucro. Eu não vou deixar cortar, não vou deixar passar veneno. Já plantamos rama de mandioca, feijão, abóbora, tudo. Não vou deixar a usina se aproveitar”.

A comunidade de Apycai tem denunciado ataques sistemáticos de pistoleiros ao acampamento onde resistem os Kaiowá Guarani. “Num domingo de manhã, um carro cheio de pistoleiros veio aqui. Daí a comunidade correu atrás. Flechamos o pneu e eles correram. E em outros dias voltaram a atacar com arma de fogo. A gente tem catorze famílias e não vai correr. Eu vou pisar firme na minha terra tradicional. O fazendeiro mata os índios como matam cachorro. Qualquer hora o fazendeiro vai tentar me encontrar e me matar. Mas eu vou ficar aqui. O meu corpo vai ficar aqui mesmo. Minha comunidade vai me enterrar aqui. Por isso eu quero a imediata demarcação da minha terra”, denuncia Damiana.

Apesar de a Constituição brasileira garantir a demarcação de todas as terras indígenas até o ano de 1993, os Kaiowá Guarani se encontram em menos de 1% das terras que lhes são de direito. Segundo a Fundação Nacional do Índio, a maioria dos Kaiowá vive em 15 territórios regularizados, que ocupam uma área de 20 mil hectares. Até o final do século



XIX eles viviam em cerca de 3 milhões de hectares. Vinte mil hectares é também a soma das áreas de cultivo de cana arrendadas pela Raízen — empresa formada a partir da fusão da Cosan com a Shell.

Grande parte dos canaviais da Raízen encontra-se em terras indígenas reivindicadas pelos povos Kaiowá Guarani. Em um relatório de 2010, solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF), a usina Nova América, de propriedade da Raízen, apresentou registro de 52 fazendas arrendadas nos municípios de Caarapó e Juti para plantação de cana para abastecer suas usinas. Estas áreas são reivindicadas pelos povos indígenas, que sofrem violência e repressão em sua luta por sobrevivência.

Com suas terras tomadas por empresas multinacionais e por latifundiários, os conflitos pela garantia dos territórios indígenas aumentam na região. Dezenas de lideranças indígenas foram assassinadas por pistoleiros contratados por fazendeiros no Mato Grosso do Sul. Nos últimos dez anos ocorreram 317 homicídios de indígenas no estado e a violência se intensificou recentemente em consequência da especulação fundiária e da expansão do agronegócio.

Apesar de sofrerem violações de direitos por parte do Estado e violência empregada pelos ruralistas, os Kaiowá Guarani continuam organizados para retomar seus territórios. O

aparato de repressão dos ruralistas ganhou força recentemente, quando a Associação dos Criadores do Estado e a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul promoveram, em dezembro de 2013, um leilão de venda de gado e produtos agrícolas com a finalidade de financiar milícias armadas para expulsar os Kaiowá Guarani das áreas retomadas.

O evento, chamado de “Leilão da Resistência”, arrecadou 674 mil reais em um só dia e contou com apoio de deputados, prefeitos, senadores e governo estadual. “Cada um se defende com o meio que tem. É um direito. Lutem, pois as consequências serão desastrosas”, afirmou em entrevista coletiva o deputado federal Paulo César Quartiero, defensor do interesse dos latifundiários no Congresso Nacional. Seguindo o mesmo tom de ameaça contra os povos indígenas, o Deputado Federal pelo Pará, Giovanni Queiroz, afirmou que a questão indígena se resolve com violência. “Ninguém mais contrata advogado. Entrou hoje (indígena na terra), sai na madrugada do dia seguinte. Sai debaixo de cacete”.

O contexto de repressão contra povos indígenas no Mato Grosso do Sul é trágico e se agrava atualmente em consequência do avanço de empresas nacionais e multinacionais sobre suas terras, que se tornaram alvo central dos negócios no mercado fundiário e para a expansão de monocultivos.



Foto: Cristiano Navarro

# Impactos da concentração de terras no Oeste Paulista

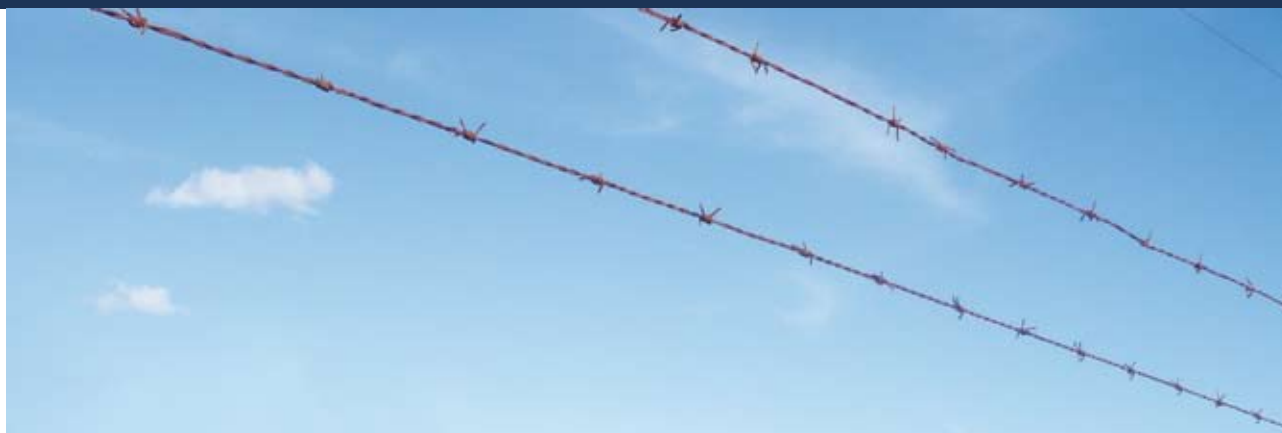


Foto: Maria Luisa Mendonça

O avanço da atividade canvieira intensifica a concentração de terras no Brasil. Para as usinas, quanto mais terras e canaviais formados, maior é a composição dos ativos das empresas, o que permite mais acesso a créditos. Se no momento inicial desse mais recente ciclo de expansão as empresas priorizavam a incorporação de latifúndios, atualmente este processo visa o controle de médias e pequenas propriedades rurais. A incorporação dessas áreas tem impacto sobre a produção de alimentos e sobre a concentração de terras em regiões que se caracterizam pela expansão da lavoura de cana<sup>14</sup>.

A expansão do monocultivo de cana no estado de São Paulo ocorre em dois momentos. As regiões mais antigas, cujo processo de avanço apresenta maior intensidade no período do Proálcool, são principalmente Ribeirão Preto, Campinas, Franca, Central e Bauru. O mais recente ciclo de expansão ocorre em São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente. A tabela 2 abaixo indica o grau de elevação das áreas incorporadas a partir do ciclo recente de expansão, tendo como início o ano-safra de 2003/2004.

Tabela 3:

Principais regiões canvieiras do estado de São Paulo: total de área cultivadas (em hectares)									
RA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Araçatuba	224.483	246.895	262.278	294.830	397.915	512.603	572.055	586.644	597.439
Bauru	299.799	314.488	329.911	353.225	422.091	474.151	500.112	499.787	497.712
Campinas	393.862	408.429	436.434	453.052	489.618	511.023	537.824	523.594	531.406
Central	320.410	329.345	341.649	366.443	394.313	432.312	448.550	452.034	465.551
Franca	355.024	376.335	390.467	417.093	449.431	489.061	501.364	500.317	503.605
Presidente Prudente	116.681	133.281	151.382	179.796	235.155	327.087	408.605	427.780	445.927
Ribeirão Preto	416.882	422.110	433.387	447.351	457.315	471.440	482.832	482.082	482.831
São José do Rio Preto	280.693	303.658	331.878	396.945	502.555	632.039	697.607	723.618	755.715

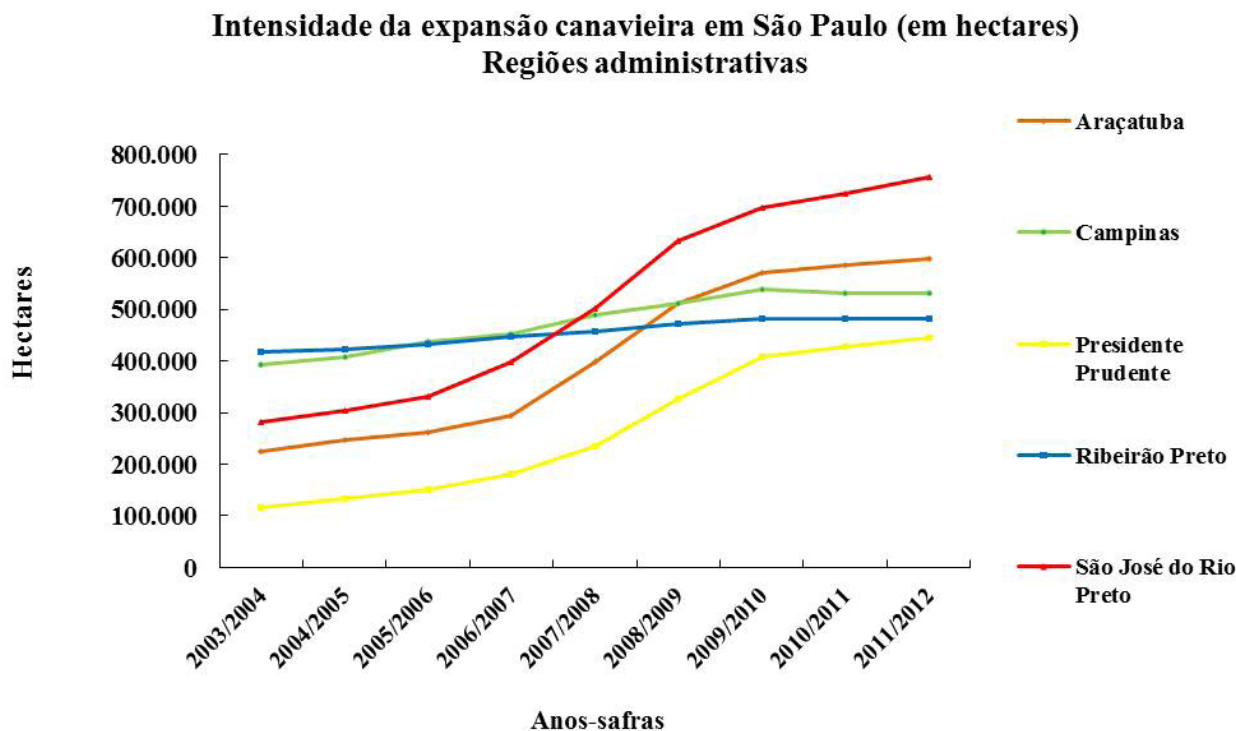
Fonte: CANASAT-INPE.

<sup>14</sup> THOMAZ JÚNIOR, A. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos. 2009. 499 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

Ao analisarmos as duas principais regiões de produção no início do ciclo de expansão, Ribeirão Preto e Campinas, também é possível constatar um processo de avanço, mas visivelmente com menor

intensidade se comparado ao Oeste do Estado. No gráfico 1 indicamos este ciclo, com a finalidade de evidenciar tal diferença.

**Gráfico 1: Magnitude da expansão da cana por área (ha): RAs**



Enquanto nas regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente o crescimento da área ocupada com cana representou um salto aproximado de 169%, 166% e 282% respectivamente, nas regiões de Ribeirão Preto e Campinas o grau de incorporação de novas áreas significou cerca 15% e 35%.

A expansão mais recente do monocultivo de cana incorpora terras de fornecedores, parceiros e/ou arrendadores. O que se constata é o abarcamento desde grandes propriedades, marcadamente no momento inicial da fase de expansão, até médias e pequenas unidades, cujo maior nível de incorporação tem ocorrido no atual momento de consolidação da presença do agronegócio canavieiro em “novas” áreas.

Verificamos alguns exemplos de empresas especializadas na terceirização da colheita da cana, como é o caso da Aqces Logística e Arquitetura em Transportes, que presta serviço junto à unidade Gaza do grupo Raízen no município de Andradina. Esta empresa atua no ramo de commodities agrícolas, minerais e combustíveis. Outras empresas ligadas ao segmento de logística são: Expresso Nepomuceno, que presta serviço à Usina Vale do Paraná; Grupo Gafor, que atende a unidade Bonfim, localizada em Guariba e também pertencente à Raízen; JSL, prestadora da Clealco Açúcar e Álcool S.A.; Grupo Luft, ligado à ETH Bionergia, Bunge, Louis Dreyfus Commodities e Santelisa Vale. A terceirização da colheita tem servido como estratégia das grandes empresas para se isentar da responsabilização por violações de leis trabalhistas.

## Conclusão



Foto: Vanessa Acioly

A expansão do agronegócio e a especulação com o mercado de terras no Brasil se inserem no contexto de crise econômica mundial e agravam a vulnerabilidade gerada pela política agrícola baseada no monocultivo para exportação e pelo aumento da concentração fundiária. Esta política se contrapõe a propostas dos movimentos sociais em defesa da agricultura camponesa e agroecológica.

Os camponeses, os povos indígenas e quilombolas se encontram no centro da disputa geopolítica por terra, recursos genéticos e energéticos em nível internacional. Regiões concentradoras de recursos naturais — como água, terra, minério e biodiversidade — estão no meio rural e passaram a ser o principal cenário de apropriação monopolista, tanto em âmbito nacional quanto mundial. Agências financeiras multilaterais, grandes empresas nacionais e transacionais e governos atuam neste cenário, que se intensifica com a crise econômica e a especulação com terras no mercado financeiro.

Os créditos subsidiados concedidos pelo Estado brasileiro ao agronegócio estimulam a especulação financeira com terras e commodities. Além de receber subsídios de forma desproporcional em relação à pequena agricultura, o agronegócio se beneficia através de mudanças recentes na legislação ambiental.

Os principais impactos destas mudanças tem sido facilitar a grilagem de terras, o desmonte do Código Florestal e dos regulamentos sobre o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas. A bancada ruralista no Congresso Nacional pressiona constantemente o governo para impedir a reforma agrária e a demarcação de territórios indígenas e quilombolas.

Esta política estimula a expansão da fronteira agrícola e contribui para agravar a crise climática e alimentar, gerando destruição ambiental e substituição de cultivos de alimentos. A expansão dos monocultivos ocorre em terras férteis e passíveis de valorização, estimulando ainda mais a especulação financeira e a concentração fundiária.

Apesar do potencial agrícola do país, milhões de pessoas não têm acesso ao direito básico à alimentação. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14 milhões de pessoas passam fome no Brasil e mais de 72 milhões vivem em situação de insegurança alimentar.

A principal razão para a permanência da fome no Brasil é o monopólio sobre a terra, já que o país é campeão mundial em concentração fundiária. Por esta razão, as demandas históricas dos movimentos sociais estão baseadas na soberania alimentar e na reforma agrária.



Foto: Carmelo Fiorato

## O Rio (fragmento)

João Cabral de Melo Neto

Assim, quando da Usina  
eu me estava aproximando,  
tomei caminho outro  
do que vi o trem tomar:  
tomei o da direita,  
que a cambiteira vi tomar,  
pois eu queria a Usina  
mais de perto examinar.

Vira usinas comer  
as terras que iam encontrando;  
com grandes canaviais  
todas as várzeas ocupando.

O canavial é a boca  
com que primeiro vão devorando  
matas e capoeiras,  
pastos e cercados;  
com que devoram a terra  
onde um homem plantou seu roçado;  
depois os poucos metros  
onde ele plantou sua casa;  
depois o pouco espaço  
de que precisa um homem sentado;  
depois os sete palmos  
onde ele vai ser enterrado.

